

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202107/0715
Tipo Oferta:	Mobilidade Interna
Estado:	Activa
Nível Orgânico:	Outros
Orgão / Serviço:	Conselho Superior da Magistratura
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	Situação jurídico-funcional de origem, sendo que o limite se situa no nível 19 da TRU.
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	As enquadráveis no conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de técnico superior, tal como se encontra definido no mapa anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, especificamente: Domínio da legislação sobre a gestão da magistratura judicial bem como conhecimentos aprofundados da organização judiciária portuguesa; Experiência na gestão, acompanhamento e elaboração de análise funcional em projetos informáticos em área de recursos humanos; Experiência comprovada na gestão e análise jurídica de concursos públicos de recrutamento e seleção, nomeadamente concursos curriculares no âmbito da magistratura; Experiência comprovada na tramitação de movimentos judiciais no âmbito das várias carreiras do judiciário; Exercício de funções consultivas de estudo e planeamento na área de gestão de recursos humanos; Competências de liderança comprovadas por exercício anterior de gestão e integração em trabalho de equipa, sendo fator preferencial o desempenho e a experiência em anteriores funções dirigentes; Experiência comprovada em anteriores funções de apoio técnico jurídico.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado	
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.	
Habilitação Literária:	Licenciatura	
Descrição da Habilitação Literária:	Direito	
Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Direito	Direito

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Conselho Superior da Magistratura	1	Rua Duque de Palmela n.º 23		1250097 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Pós-Graduação e/ou especialização em Gestão de Recursos Humanos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: E-mail: csm@csm.org.pt - Ref.ª "Recrutamento por mobilidade DSQMJ"

Contacto: 213220020

Data Publicitação: 2021-07-26

Data Limite: 2021-08-06

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: Recrutamento por mobilidade interna na carreira/categoria para preenchimento de um (1) posto de trabalho na categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal do Conselho Superior da Magistratura (CSM) para 2021, para o exercício de funções na Direção de Serviços de Quadros e Movimentos Judiciais (DSQMJ). 1 - Nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante designada LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 22 de julho de 2021, se encontra aberto o presente recrutamento por mobilidade interna na categoria para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, para o exercício de funções na Direção de Serviços de Quadros e Movimentos Judiciais (DSQMJ), no Conselho Superior da Magistratura. 2 - Por força da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, foi ouvida a entidade gestora da valorização profissional (INA) que, em 20 de julho de 2021, declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa. 3 - A presente oferta de emprego será publicitada na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica do CSM (<https://www.csm.org.pt/transparencia/procedimentos-concursais/>), em conformidade com o artigo 97.º-A da LTFP. Mais esclarecimentos poderão ser obtidos telefonicamente através do número geral - 21 322 00 20. 4 – O prazo de apresentação de candidaturas à presente oferta de emprego é de 10 (dez) dias úteis, contados da data da presente publicação na BEP. 5 - Local de trabalho e posicionamento remuneratório — As funções serão exercidas na Direção de Serviços de Quadros e Movimentos Judiciais, no Conselho Superior da Magistratura sito na Rua Duque de Palmela, n.º 23, 1250-097 Lisboa. O posicionamento remuneratório corresponderá à sua situação jurídico-funcional de origem, sendo que o seu limite se situa no nível 19 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, atualizada nos termos do Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 23 de março, a que corresponde a remuneração base de 1.411,67€ (mil quatrocentos e onze euros e sessenta e sete cêntimos). 6 - Caracterização das funções a desempenhar inerentes ao conteúdo funcional do posto de trabalho a ocupar: As enquadráveis no conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de técnico superior, tal como se encontra definido no mapa anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, especificamente: Domínio da legislação sobre a gestão da magistratura judicial bem como conhecimentos aprofundados da organização judiciária portuguesa; Experiência na gestão, acompanhamento e elaboração de análise funcional em projetos informáticos em área de recursos humanos; Experiência comprovada na gestão e análise jurídica de concursos públicos de recrutamento e seleção, nomeadamente concursos curriculares no âmbito da magistratura; Experiência comprovada na tramitação de movimentos judiciais no âmbito das várias carreiras do judiciário; Exercício de funções consultivas de estudo e planeamento na área de gestão de recursos humanos: Competências de liderança

comprovadas por exercício anterior de gestão e integração em trabalho de equipa, sendo fator preferencial o desempenho e a experiência em anteriores funções dirigentes; Experiência comprovada em anteriores funções de apoio técnico jurídico. 7 - Requisitos de admissão: a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida; b) Reunirem os requisitos gerais necessários para o exercício de funções públicas, enunciados no artigo 17.º da LTFP; c) Estar integrado na carreira/categoria de técnico superior; d) Ser detentor de licenciatura em Direito e Pós-Graduação e/ou especialização em Gestão de Recursos Humanos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP. 8 – De acordo com o disposto na alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Conselho Superior da Magistratura, idênticos ao posto de trabalho a concurso. 9 - Formalização das candidaturas: Os candidatos deverão enviar formulário de candidatura (obrigatório) previsto no Despacho (extrato) n.º 11321/2009, publicitado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio de 2009, que se encontra disponível na página eletrónica do Conselho Superior da Magistratura em “Instrumentos de Gestão”> “Procedimentos de Recrutamento”> “Consultar Procedimentos”, acompanhado dos demais documentos, por correio eletrónico, para o endereço csm@csm.org.pt, com referência no assunto “Recrutamento por mobilidade DSQMJ”. 10 – O formulário de candidatura deve, obrigatoriamente, ser acompanhado dos seguintes documentos: a) Currículo Vitae detalhado, devidamente datado e assinado pelo candidato; b) Fotocópia do certificado de habilitações exigidas; c) Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas nos últimos 5 anos, com indicação do período e carga horária; d) Declaração, devidamente atualizada, com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas e emitida e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a existência e natureza da relação jurídica de emprego público, a categoria, posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a avaliação de desempenho relativa aos últimos 3 (três) anos, se a atividade profissional se relacionar com o posto de trabalho; e) Declaração com descrição pormenorizada de funções, emitida pelo respetivo serviço, relativa a cada uma das atividades desenvolvidas e respetiva experiência profissional, designadamente no último posto de trabalho ocupado, com relevância para a presente oferta de emprego. 11 - Métodos de seleção: A seleção dos candidatos será efetuada com base na avaliação curricular (AC) para todos os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho em causa, bem como os que se encontrem em situação de valorização profissional que, imediatamente antes tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividades. Para os candidatos aprovados no método de seleção anteriormente referido, será utilizada a entrevista profissional de seleção (EPS) como método de seleção complementar. 12 – Valoração dos métodos de seleção: • Avaliação Curricular – 70%; • Entrevista Profissional de Seleção – 30%. 13 - O júri tem a seguinte constituição: Presidente: Ana Chambel Matias – Juiz-Secretária do Conselho Superior da Magistratura; 1.º Vogal efetivo: Maria Angelina Morais Castro – Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF), que substitui o Presidente nas suas ausências e impedimentos; 2.º Vogal efetivo: Sandra Maria de Jesus Reis – Técnica Superior de RH da DSAF; 1.º Vogal suplente: Elisabete Ferreira de Almeida – Chefe de Divisão da DSAF; 2.º Vogal suplente: Carolina da Silva Leitão – Escrivã Auxiliar da DSQMJ. 22 de julho de 2021 – A Juiz-Secretária do Conselho Superior da Magistratura, Ana Chambel Matias.

Observações
